

# O presidente e a recessão

IGNACIO M. RANGEL

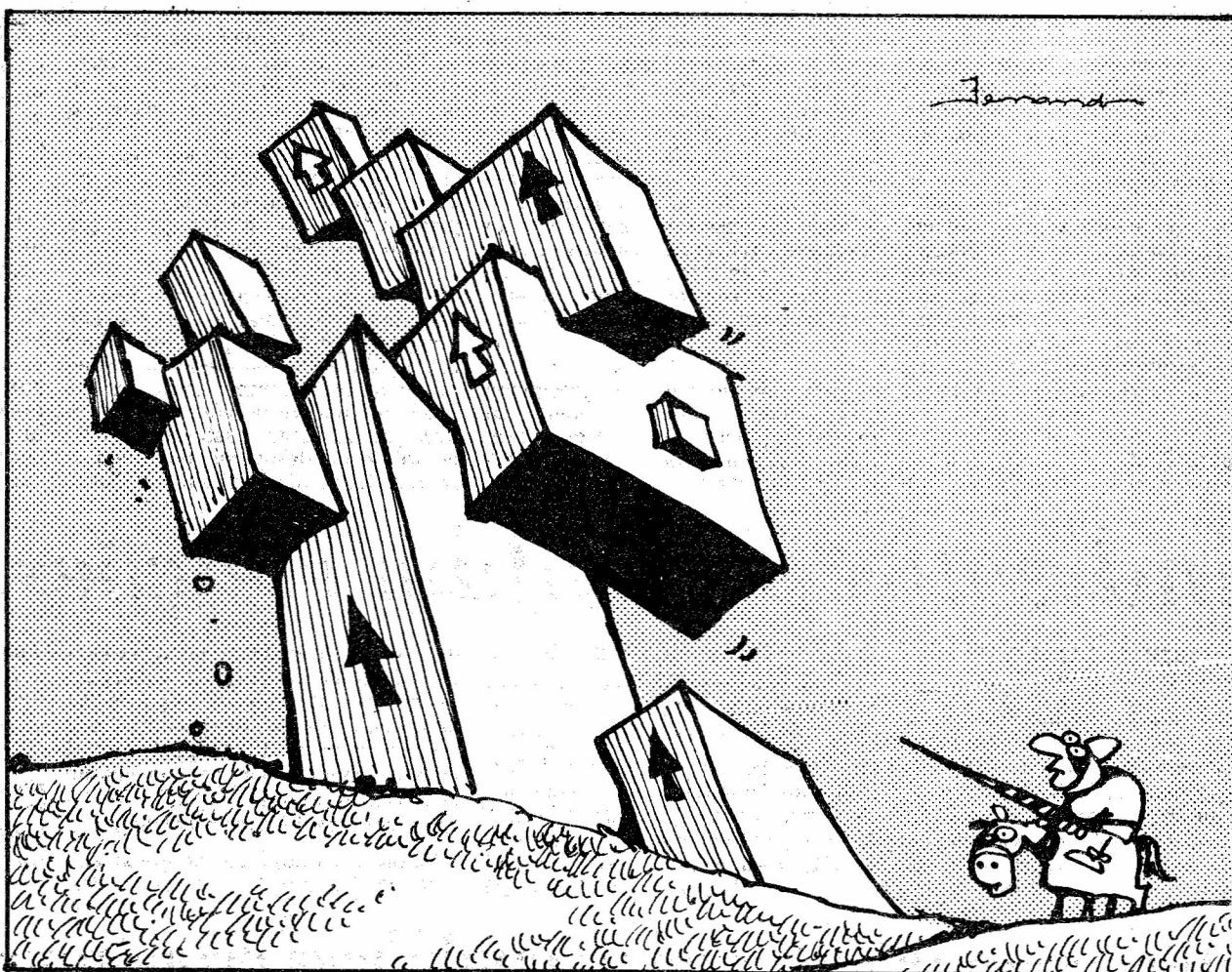
Presidente José Sarney é contra a recessão, como nos tem dito reiteradamente. Como eu também sou, e como você, com maior convicção, todos somos contra a recessão. Mas o caso é que, apesar dessa comovente unanimidade, podemos encontrar discrepâncias que vão entre o branco e o preto, entre o sim e o não. E, finalmente, entre aqueles que trocam o sim pelo não, podemos encontrar pessoas prestigiosas que fornecem opinião, inclusive a opinião do presidente.

Em efeito, nos anos 70 —de 70 a 1979— tivemos um período muito próspero, embora não uniformemente. Durante esse decênio, a produção industrial mais do que dobrou, crescendo ao ritmo médio de 10% ao ano, o que quer dizer que, se nos fossemos conservados esse ritmo, teríamos chegado em setembro passado ao último mês de que tenho notícia, a um nível próximo de dois dígitos maior que o de 80, mais de 50% do que o alcançado, porque, ao final do índice, chegamos, em setembro, ao nível de 104,7, sendo igual a 100. Uma produção industrial por habitante bem menor, e, no período, a população cresceu mais de 15%.

Esses os duros fatos, como qualquer um pode verificar por si mesmo. Mas é que, no período, sofremos a recessão de que cuida a nossa economia, para meu conhecimento. Caímos a prumo em 1981, alcançando ligeiramente em 1982 e ficando em 1983.

De 1980 para cá estivemos ficando operários, formando milhares, urbanizando camponeses milhões e descobrindo até que as moças dão boas marinheiras e boas de trânsito. Investimos, bem e, o que é mais, no período, aumentamos investimentos do que o anterior, inclusive ao preço de financiamento sem precedentes. Nada há, pois, de espantoso "miraculosos" dez e pico por cento de crescimento dos dois últimos anos —desde antes da Nova República "a fortiori", do Plano Cruzado. O crescimento foi uma recuperação e esta, como a experiência belga dos países do Eixo e da União Soviética o demonstrou, pode ser explosiva ou, para usarmos a expressão adrede cunhada, "miraculosa". Uma coisa é palmilhar uma estrada nova, e outra é caminhar por uma batida.

Se moda falar em excesso de demanda. Por essa via, nossos "heterodoxos" retornam aos caminhos ortodoxos —no sentido corrente de termos, isto é, no sentido de equilíbrio e de subserviente aos interesses do FMI, ou do que chamamos por essa sigla. Assim, repetidamente, retornamos à prática das virtudes da recessão. Se, como era de se esperar, o entusiasmo dos "fiscais do governo" esfriou, enquanto o "lockdown" principia timidamente, como já envergonhado, depois cada vez mais abertamente, impôs sua presença, reinstaurando o reino da recessão, há uma explicação fácil disso: o excesso de demanda,



prontamente identificado com o crescimento dos salários.

Claro está que muito ingênuos seriam esses neo-ortodoxos que pontificaram abertamente através do Cruzado 2 se falassem em recessão. Muito mais palatável se apresenta a proposta de uma modesta redução da taxa de crescimento do PIB, considerando que, de fato, tomadas isoladamente, e não como manifestação de um "trend" de prazo mais longo, as taxas de crescimento de 1985 e 1986 foram elevadas. Trata-se de um tipo de análise fraudulento, mas não inusitado, nos arraiais do nosso ortodoxismo caboclo. Fraudulento, porque ninguém mostrou ainda como é que se produz uma pequena queda da taxa de crescimento.

Para nossa felicidade, a incompetência não escasseia nesses arraiais, de modo que não raro conduz a medidas conraindicadas, isto é, a medidas que promovem o crescimento, inclusive via elevação da demanda. Como mostrei a propósito dos empréstimos compulsórios do "Cruzadinho" de meados do ano. A acreditar em suas emendas, esses empréstimos transferem renda da chamada classe média para o Estado. Keynes observaria que, por essa via, ao passarmos renda de um "income bracket" de propensão a consumir menor do que 1 para outro, o Estado, de propensão a consumir igual a 1, estaremos elevando a propensão média a consumir do sistema. Um acerto por equívoco, como mostrei em artigo de agosto,

nesta mesma coluna. "A quelque chose malheur est bon".

Não estou muito convencido de que esses senhores neo-ortodoxos que inspiraram o Cruzado 2 sejam capazes de promover uma recessão ou, o que seria ainda mais difícil, porque implicaria numa micro-cirurgia que eles seguramente não saberiam fazer, de reduzir a taxa de crescimento. O mais provável é que, ao se agitarem, toquem o barco para frente. Ora, isso não quer dizer que essas medidas, tomadas embora em contra-corrente da tendência geral do sistema, invertam essa tendência, que era e continua a ser de crescimento. Mas isso não quer dizer que esses acertos por equívoco não tenham outras consequências. Com efeito, mesmo que não tenham consequências econômicas, quanto ao fundo, podem ter consequências epifenomenais. Por exemplo, como tem regularmente acontecido nas fases expansivas dos nossos ciclos, breve a inflação pode retomar os seus direitos, embora a taxas mais baixas, enquanto durar a expansão.

Mas não é só isso, visto que o ciclo não é um fenômeno meramente econômico. As consequências sociais e políticas podem revelar-se inesperadas ou indesejáveis. Disso tivemos experiência recente; que deve estar dando o que pensar ao ex-presidente João Figueiredo e ao seu condestável econômico, o ministro Delfim Netto. Com efeito, foi ainda sob o seu governo que a atual recuperação

econômica teve início e a isso não foram estranhas, por certo, as medidas tomadas, por exemplo, no intuito de produzir saldos no Balanço de Pagamentos para o serviço da dívida externa e que, contrariamente ao que pensava grande parte da nossa ingênua esquerda, reaqueceram a economia. Afinal, como depois diria Delfim Netto, a economia dispunha de capacidade ociosa. Capacidade ociosa que ainda aí está, como se pode inferir dos dados que acima alinhei.

Entretanto, convém não esquecer que aquela sementeira foi produzida em pomar alheio, porque, nos quadros da inesperada reativação da economia, mudamos o governo e como era de esperar, o novo governo atribui indevidamente essa reativação a suas próprias medidas, especialmente ao Cruzado, que chegou quando a conjuntura já havia francamente mudado. E, como já diziam os antigos, "post hoc, ergo propter hoc", isto é, se alguma relação de causa e efeito existe entre a retomada do crescimento, de um lado, e a Nova República, de outro, esta última, tendo vindo depois, é que foi o efeito.

A verdade é que o Plano Cruzado não teve efeito mensurável sobre a conjuntura. Esta estava em expansão, e assim continuou.

IGNACIO DE MOURA RANGEL, 72, é economista membro do Conselho Federal de Economia; ex-presidente do Conselho Regional de Economia (RJ) e autor do livro "Inflação Brasileira".